

Cerco às empreiteiras

Depois de terem escapado quase ilesas da CPI que investigou o tráfico de influência no governo de Fernando Collor de Mello, é impossível que as empreiteiras de obras públicas tenham a mesma sorte na devassa que está sendo levada adiante pela CPI que investiga fraudes no Orçamento. Em todo o mundo, o dinheiro grosso de um orçamento público vai sempre para o pagamento das grandes obras — estradas, escolas e hospitais. Parte desse dinheiro acaba sendo desviada para os partidos políticos, como no Japão e na Itália, ou para os próprios políticos, como no caso brasileiro. Em obras que custam muitos milhares de dólares sempre é possível pagar comissões. O que diferencia o caso brasileiro dos demais países, é a percentagem paga aos corruptos, bem mais alta. Há quem diga que o quilômetro de estrada construído no Brasil custa o sexto do que em qualquer outra nação.

Numa desataviada entrevista à revista “IstoÉ”, o presidente do Peru, Alberto Fujimori, entre outras pérolas, disse que um presidente precisa ser engenheiro porque senão as empreiteiras o comem por uma perna. Sendo assim, para sorte dos brasileiros, o presidente Itamar Franco é engenheiro. Mas a ingerência das empreiteiras na vida política brasileira é antiga e bastante conhecida pelos que acompanham com atenção tanto as campanhas eleitorais quanto a votação de projetos no Parlamento. São conhecidos os casos de empreiteiras que contribuíram, com igual generosidade, para vários candidatos à Presidência da República, em especial os mais cotados nas pesquisas. Elas ajudam também muitos candidatos aos governos estaduais e ao Senado e Câmara. A alguns deles emprestam ou alu-

gam aviões. A cobrança vem depois, quando as empresas precisam de votos para aprovar certos projetos ou obras ou mesmo quando precisam receber dinheiro da União e dos estados.

Com ironia, diz-se que o problema começou a explodir no governo Collor por causa da ganância dos achacadores, que passaram a cobrar comissões bastante superiores às de 20%, tradicionais. Para poder pagá-los, as empresas tiveram de superfaturar ainda mais seus serviços. E aí a coisa desandou.

Agora, com a CPI do Orçamento, fecha-se o cerco. O deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, quer que as maiores empreiteiras, aquelas que mais transacionam com o Estado, sejam alijadas dos processos de concorrência para obras públicas. Além disso, é importante considerar que esses processos são geralmente viciados. Há denúncias no sentido de que as grandes empreiteiras ganham as concorrências mas não as tocam. Repassam-nas a empresas menores, que levam apenas 40% do valor. Ou seja, a grande empresa fica com 60% do custo, sem trabalhar. A situação é tão escabrosa que talvez a reação do governo tenha de ser mais radical do que a proposta pelo deputado Vivaldo. O ideal é que todas as contas das empreiteiras ainda não pagas sejam congeladas para que se proceda a uma rigorosa apuração das obras que foram ou que não foram feitas. Depois, todas as empresas que tivessem cometido irregularidades deveriam ser afastadas para sempre das concorrências públicas. A opinião brasileira, se consultada, certamente não desejará menos do que isso.